

ECONOMIA URBANO REGIONAL: UMA RESENHA PARA CONTEXTUALIZAR O DEBATE

Érika Nogueira Pirola
Dr^a Desenvolvimento Econômico IE/Unicamp ¹

Resumo

Os autores do *mainstream* da ciência econômica regional e urbana partem da noção de desigualdade na distribuição espacial dos fatores de produção e das atividades como forma de sancionar seus preceitos. Essas “fricções espaciais”, ao serem percebidas, são solucionadas pelas decisões otimizadoras tomadas pelos agentes racionais. Para esses teóricos, a explicação reside na questão de distribuição locacional em um ambiente não construído, dado naturalmente, submetido às forças mercantis. Trata-se de uma construção independente do tempo e espaço, portanto, ahistórica e aescalar. Mas o tempo e o espaço são dimensões materiais da vida humana, são dimensões estruturantes. Não se pode cair em abstrações científicas e nem em historicismos. Para compreender as reais manifestações dos fatos inerentes à dimensão espacial é indispensável situar-se no concreto e no histórico. O desafio é impedir as determinações gerais e compreender as situações reais. É pensar regiões e urbanos como lugares de reprodução social próprios.

Palavras chave: regional, urbano, escalas.

O espaço e o tempo são constitutivos da vida real. O espaço é sempre o que se cria, seja um corpo cósmico, um ambiente natural, um acordo econômico, uma reunião social, uma exposição de artes. O tempo marca a sucessão dos eventos relacionados com os espaços criados. É uma simbologia humana para registrar as sucessões. Dias e noites, anos, séculos e milênios, as eras, a modernidade e a pós-modernidade, tudo se relaciona com a sucessão, o acontecimento dinâmico, a vida e a morte (Vergara & Vieira, 2005). No final dos anos 80,

¹Professora da FUCAPE/ES e ESTÁCIO DE SÁ; E-mail: enpirola@uol.com.br; Endereço: Av. Est. José Júlio de Souza, 1850/601, Praia de Itaparica, Vila Velha, ES, CEP: 29.102-010; Área Temática: Estudos Teóricos em Economia Regional.

com a ascensão de um “novo” mundo industrial contemporâneo, há um resgate da dimensão espacial, em suas várias escalas.

A dimensão espacial não está presente na análise econômica tradicional, pois ela se fundamenta em um mundo estático, sem dimensões e de perfeita mobilidade dos fatores de produção, dos bens e serviços e das pessoas. Trata-se de uma plataforma inerte. Nesse paradigma, a desigualdade - associada a diferenças nos custos de produção, salários e preços - é considerada marginal e transitória, dado que a certeza de ganhos marginais induziria a deslocamentos instantâneos dos fatores de produção, restaurando o equilíbrio. Assim, a abordagem neoclássica trabalha a concepção de região homogênea, pois resolvidas às fricções tudo tende ao equilíbrio, inclusive, havendo uma convergência para uma distribuição quase que homogênea do espaço.

Os economistas neoclássicos sempre preferiram à noção de espaço à de território, associando-lhe a de distância, e fazendo desse conceito a base das teorias da localização. Von Thünen, na primeira metade do século XIX, trata do espaço enquanto fenômeno econômico. A análise de Alfred Weber (1909), da decisão de localização de um produtor individual que procura minimizar os custos combinados de produção e de entrega de seu produto, indica um único sítio possível de produção. Christaller (1933) sugere que as cidades formam uma hierarquia de lugares centrais e que os maiores abrigam um portfólio maior de atividades. Quanto a Lösch (1940), em seu modelo de mercados hexagonais, defende a idéia de que existem atividades econômicas que só podem funcionar em um número limitado de lugares. *“Segundo esses teóricos, o espaço é distância e custo e, enquanto custo, há de ser reduzido. Dessa acepção fica excluída toda dimensão social”* (Azais, 2004:34).

Mas as crescentes desigualdades verificadas no “novo” mundo industrial contemporâneo são uma prova de que os postulados neoclássicos não se verificam e que o espaço é um elemento essencial da dinâmica econômica. Vive-se em uma economia dominada, segundo Braga (2000), pelo circuito monetário-financeiro autonomizado onde o grande capital comercial assim como o capital industrial estão operando com a lógica do capital financeiro. Isso se deu com o avanço da monopolização. Na verdade, sob a era da financeirização o que tende a prevalecer é a fórmula geral do capital $D - D'$, pois ao se deslocar da sua outra natureza ele fica como diria Conceição como um morcego cego contra os espelhos (Tavares, 1978).

Assim, o capital enquanto potência, progressivo e antagonico, circula em busca de seu desígnio último que é se autovalorizar. Os canais ou conduites - ou seja, a trajetória pelo qual o capital busca a valorização - são setorializados, de ambientes microdinâmicos

específicos que possuem divisão do trabalho setorializada e ramificações. Os processos sociais econômicos mais gerais ocorrem ao longo desses condutos, desses circuitos. Não há como separar a produção, circulação, distribuição, consumo etc., pois o capital se movimenta o tempo todo.

Nesse sentido, a escala urbana é importante para compreender os fenômenos de nosso sistema de produção, assim como vislumbrar as diversas manifestações sociais, políticas, econômicas e culturais que ocorrem em seu âmbito e que são fundamentais para a compreensão da realidade que nos cerca. As escalas urbana e regional estão interligadas. Não há como separá-las. É necessário trabalhar as múltiplas escalas para se ter uma verdadeira noção do espaço construído.

O crescente interesse pelo estudo da Economia Regional deve-se ao crescimento explosivo das cidades, da concentração da atividade econômica, dos desequilíbrios regionais resultantes desta concentração, das migrações rurais, urbanas e intra-regionais, dentre outros fatores. Esse “novo” mundo é um mundo de pontos, de conexão e desconexão. Os padrões de desenvolvimento são plurais, não existindo um padrão de desenvolvimento ideal, conforme a visão dos conservadores.

Foi o aprofundamento da divisão social do trabalho intra-urbano e inter-regional que fez com que as cidades ganhassem uma proporção gigantesca. Elas aumentam a produtividade dos fatores, a capacidade de inversão e a produtividade do campo. Elas passam a ser o *locus* da diversidade e da acessibilidade aos bens de consumo e, mesmo com o processo de desconcentração, os investimentos se direcionam para as cidades maiores.

Desta forma, a construção de um novo espaço passa necessariamente pelo urbano. Cabe ressaltar que a cidade não é o *locus* do capital, mas de frações do capital e de interesses conflitantes e ela é controlada por algumas facções de classes e pela coalizão do capital financeiro, mercantil e imobiliário. A abordagem do urbano adotada pelo *mainstream* é fundamentada em preceitos empiristas do espaço. É como se este se reduzisse a um mero contêiner ou uma plataforma formada por um invólucro de equilíbrio, harmonia e coesão muito diferente daquilo que a realidade apresenta.

A partir do reconhecimento da existência de grandes desequilíbrios e seus perversos desdobramentos surgem as teorias do desequilíbrio regional, tendo como autores mais significativos nos anos 50, Perroux, Hirschman e Myrdal e, entre os anos 60 e 70, Kaldor e Friedmann. O livre jogo do mercado não garante o equilíbrio. E os problemas se tornam mais perversos com os movimentos decorrentes da mundialização do capital.

Hirschman aponta o papel central do investimento e Myrdal mostra que os processos e as externalidades negativas são cumulativos e, nesse sentido, o Estado deve agir. Esses autores mostram que o desenvolvimento cria tensões e assimetrias o tempo todo. Ele é, portanto, puro movimento. São visões derivadas da CEPAL e que se contrapõem ao neoclassicismo. Eles proferiram a base de se pensar hierarquias e hegemonias, ao contrário do plano euclidiano que não leva em consideração esses fatores, como se não existisse conflito.

A Escola de Chicago (décadas de 20 a 50) foi a primeira sistematização de uma teoria de cidades e de aproximação do materialismo vulgar. O urbano é visto como um ecossistema que possui seres diversos, a idéia de um organismo vivo, uma analogia biológica. Ela nasceu como um corpo separado do neoclassicismo e parte de uma concepção de divisão funcional do trabalho. Para esta escola, a cidade se expande de forma natural.

O espaço urbano vai sendo erigido num ambiente de disputa através dos processos de competição *versus* dominação e de sucessão *versus* invasão. Para os teóricos da Escola de Chicago, os efeitos da organização econômica e dos processos competitivos seriam explicados por padrões agregados de comportamento social. Eles vinculam o comportamento humano à competição econômica e a ordem social ao deslocamento espacial da divisão do trabalho; assim, não consideram os valores culturais na interação social.

Conforme Robert Ezra Park (1916), um dos principais defensores da abordagem ecológica da primeira Escola de Chicago, a cultura da cidade é reflexo da natureza humana do homem que a habita; sendo assim, os padrões urbanos são explicados pela natureza humana. O urbano é o lugar que dá vazão às potencialidades do indivíduo. A cidade é vista como um espaço produtivo de segregações sociais; como um espaço surgido pela dicotomia campo-cidade através da abordagem de funções essenciais da cidade moderna: comércio e indústria em oposição à agricultura (Velho, 1987).

Os paradigmas e teorias da Ecologia Urbana, derivada da primeira Escola de Chicago, segundo Gottdiener (1993), são deficientes para explicar a organização espacial contemporânea, pois elas se restringem ao estudo da morfologia e não contemplam a organização social como forma de produzir, manter e até reproduzir os padrões de uso da terra. O autor considera imprescindível a substituição dos paradigmas urbanos convencionais por uma abordagem da produção social do espaço. Ele aponta que o problema da Ecologia Urbana é utilizar a analogia biológica, o organicismo e a ênfase comportamental para focalizar características da espécie humana e sua relação com a organização espacial.

Para Gottdiener, Park explicava a distribuição espacial da cidade em uma formulação ecológica mais desenvolvida. “*Convertia as forças ecológicas, que eram função*

da 'posição' numa teoria da localização espacial derivada da competição biogênica pela terra" (Gottdiener, 1993:40). Ainda segundo esse autor, a Ecologia Urbana Contemporânea possui uma visão biologicamente reducionista das relações humanas, por isso ignora as influências de classe, *status* e poder político. Esta vertente teórica possui um caráter conservador e um enfoque tecnologicamente determinista, por associar as inovações de transporte e comunicações ao crescimento e às mudanças urbanas sem considerar o papel dos conflitos sociais, dos programas e políticas de governo e do desenvolvimento desigual e combinado.

No final dos anos 60, a abordagem com base no materialismo histórico e dialético toma o lugar da Ecologia Urbana, dada à necessidade de uma síntese explicativa dos fenômenos, crises e processos que conformavam o ambiente urbano. As limitações das abordagens convencionais são mostradas por uma perspectiva marxista crítica que Gottdiener observa como sendo mais adequada, mas não deixa de ressaltar os seus limites, dentre os quais se destacam: a incapacidade de escapar do viés analítico que privilegia o crescimento econômico e a redução da abordagem dos fenômenos ao espaço de assentamento.

Manuel Castells (1979) critica o "empirismo", "biologismo" e o "determinismo natural" da Escola de Chicago, por entender que ela fornece uma "imagem invertida" da realidade e não torna claros os termos da questão urbana. Além disso, a aplicação de modelos baseados na ecologia para a sociedade não atinge as leis sociais de organização nem a contraditória diferenciação dos grupos sociais. O autor analisa a cidade e o urbano sob uma perspectiva baseada na ótica marxista estruturalista. Ele vislumbra a cidade como projeção da sociedade no espaço e mantém uma relação dialética entre sociedade e natureza e entre a sociedade e o trabalho.

Segundo Castells (1979:141), o espaço é

"O produto material em relação com outros elementos materiais, entre eles os homens, que contraem determinadas relações sociais que dão ao espaço (e aos outros elementos da combinação) uma forma, uma função, uma significação social. (...) é a expressão concreta de cada conjunto histórico no qual a sociedade se especifica".

David Harvey (1989) é outro autor que trouxe uma contestação da Escola de Chicago para os conflitos e a crise urbana do final dos anos 60. Nasce com ele a idéia de ambiente construído e de que o capitalismo cria o tempo todo configurações espaciais. Trata-se de um jogo dinâmico de valorização e desvalorização do espaço. Esse sistema produz

socialmente um ambiente construído, para destruí-lo mais a frente. Harvey estuda a verdadeira trajetória do sistema através de conceitos como modo de produção, de excedente e a natureza de sua apropriação, das origens urbanas e a natureza de sua apropriação e as mudanças no papel econômico da cidade em diferentes modos de produção.

Segundo Harvey, a cidade é a expressão tangível do urbano e ela está inserida em uma variedade de contextos históricos e culturais e é vislumbrada como um produto social. Daí a dificuldade de se criar uma Teoria Geral do urbano. Ele critica o pensamento de que o elemento econômico é o único determinante neste processo e mostra que o modo de produção refere-se ao objeto do trabalho, aos meios de trabalho e à força de trabalho. Então o fator puramente econômico não pode explicar as mudanças sociais e, desta forma, a sobrevivência da sociedade está ligada à perpetuação de dado modo de produção (Harvey, 1989).

Harvey infere que as cidades são formadas pela concentração geográfica de um produto social excedente e essa é a relação crucial entre o urbanismo e o modo de integração econômica. O excedente é tanto o somatório de produto social quanto certa quantidade de produtos materiais que são apropriados por uma sociedade em detrimento de outra. E a mais-valia na sociedade capitalista é vista como a manifestação do trabalho excedente no mercado de trocas (Harvey, 1989). Deste modo, o capitalismo se assenta na circulação de mais-valia e a forma na qual a cidade vai desempenhar seu papel tem ligação direta com a forma de governo da mais valia nela concentrada.

Conforme salienta Harvey, o urbanismo requer a concentração de excedente em alguma cidade e, para isto, necessita da articulação de um espaço econômico para facilitar a concentração geográfica do excedente social. Ele é a manifestação máxima do excedente e abarca três modos de integração econômica: a reciprocidade, a redistribuição e o mercado de trocas, assim como as formas societárias com as quais eles estão associados. Ele pode assumir várias formas; ele é um objeto terminal e uma construção que precisa ser realizada.

Cabe ressaltar que o fenômeno da mundialização faz despontar, espacialmente, um novo padrão de especialização produtiva que afetou significativamente as economias nacionais, regionais e locais. Essas mudanças culminaram em uma alteração do próprio conceito de região e na redefinição do seu papel na atual ordem institucional.

A ascensão da tecnologia de informação derivada das radicais mudanças tecnológicas, a partir da década de 1970, no ambiente competitivo das empresas ocorreu, conforme Diniz (2001), sob a égide das tecnologias de informação e das comunicações e da imprecendente capacidade destas em alcançar e causar impactos sobre os setores produtivos e

as relações sociais e políticas. Segundo Harvey (1992), passaram-se a se consumir além dos bens materiais, os simbólicos, como a informação e os serviços.

Concebe-se, nesta ótica, que o processo de globalização universalizada fragmenta e quebra, ao mesmo tempo, o espaço mundial em uma relação dialética na qual se aumentam as desigualdades. Segundo Diniz (2001:6), trata-se de “*um processo contraditório, com resultados geográfica e socialmente diferenciados, tanto na forma quanto no conteúdo. [...] o espaço social é um produto social*”. O impacto dessas mudanças nas relações internacionais e nas escalas territoriais é o que Harvey (1992) designou de **compressão do espaço-tempo**, ou seja, a crescente velocidade com que são criados e difundidos os instrumentos tecnológicos e institucionais, desencadeando significativas mudanças estruturais.

O espaço, de acordo com Harvey, é um atributo material de todos os valores de uso e a produção de mercadorias converte os valores de uso em valores de uso sociais. O trabalho concreto e útil produz valores de uso e ele necessita de integração espacial para se intercambiar através de mercadorias. Neste processo, o capital se move também como mercadoria dinheiro e a circulação do capital a juros desempenha um papel hegemônico neste sistema, pois ele transforma, cria, sustenta e ressuscita certas infra-estruturas em detrimento de outras. Além disto, o capital produz e reproduz seu ambiente social e físico e as crises econômicas de efeitos devastadores em vários países são reflexos da extrema volatilidade desse sistema (Harvey, 1989).

Harvey mostra que essa variação na compressão do tempo e do espaço afeta, inclusive, os valores individuais e os processos sociais, ao acentuar a volatilidade e a efemeridade de modas, produtos, técnicas e até de valores (“sociedade do descarte”). Em função disto, é necessário desenvolver uma capacidade de adaptação e de movimentação com a mesma rapidez.

Os motores desse sistema volátil global são as cidades-regiões ou rede regionais de cidades. Conforme Scott, Agnew, Soja e Storper (2001), a cidade-região atual é culturalmente heterogênea, policêntrica, segmentada social e espacialmente, altamente fragmentada, de desenvolvimento desigual e se estende para seus limites exteriores. Ela apareceu como um “*second best*” das cidades mundiais e, além de criar um ambiente de eficiência do sistema econômico, ela intensifica a criatividade, aprendizagem e a inovação.

Segundo esses autores, os elementos responsáveis por esse novo regionalismo no contexto global são: as quantidades enormes e sempre crescentes de atividades econômicas organizadas em redes transnacionais extensivas e arranjos financeiros e econômicos internacionais; as proliferações nas últimas décadas de blocos multinacionais como União

Européia, Nafta, Mercosul, Asean, Apec, Caricom e outros. O papel dos Estados soberanos e das economias nacionais continua relevante, embora esteja sofrendo alterações pelas influências supranacionais, locais e regionais; e pelo ressurgimento de formas de organização econômica e política de cunho regional cuja maior expressão é a cidade-região global.

Sassen (2003), por seu turno, afirma que ao lado da dispersão das atividades econômicas, surgiram novas formas de centralização territorial, relativas ao gerenciamento no nível dos altos escalões e ao controle das operações, e que os mercados nacionais e globais requerem lugares centrais, onde se exerça o trabalho de globalização. Relata ainda que, em cada período da história, a economia mundial consistiu em uma combinação distinta de áreas geográficas, industriais e arranjos institucionais e que uma das mudanças significativas ocorrida nos últimos vinte anos foi a mobilidade do capital.

Segundo a autora, a tese-fundamento consiste nas transformações que ocorreram durante as duas últimas décadas na economia mundial, acompanhando a mudança de direção na prestação de serviços e nas finanças, que suscita a renovada importância das grandes cidades como locais destinados a certos tipos de atividades e funções. E, assim, denomina a cidade global, na qual está inserida na atual fase da economia mundial, como a combinação de dispersão global das atividades econômicas e da integração global, mediante uma concentração contínua do controle econômico e da propriedade, que tem contribuído para o papel estratégico desempenhado por certas grandes cidades.

As regiões que comportam as grandes cidades possuem fortes desigualdades que são analisadas sob a ótica de quatro determinantes espaciais do capitalismo, notadamente, a homogeneização, a integração, a polarização e a hegemonia, em razão de serem concebidos em realidades diversas quando considerado o atual processo de globalização. Contudo, Brandão (2007) alerta para o cuidado de não se cair em abstrações científicas ou em historicismos, pois os quatro conceitos devem ser formulados em planos teóricos diferenciados, uma vez que seus determinantes são diferentes.

A abordagem proposta no reconceito da **homogeneização** difere da discussão da Ciência Regional, da otimização, convergência, delimitação de fronteiras ou equipotência espacial. Ao contrário, esse processo desfaz fronteiras territoriais, ampliando os espaços para a valorização capitalista, ou seja, criando condições mais igualitárias para a sua reprodução ampliada. Qualquer espaço vai ser invadido pela lógica maior do sistema impondo suas leis coercitivas e coativas para criar a idéia de unicidade da lógica da valorização. O capitalismo desfaz fronteiras em todo e qualquer espaço, devido ao seu movimento universalizante. Essa é o ponto central da homogeneização.

Assim, o capital aciona e submete as pessoas à sua lógica de valor progressista. É um movimento autocentrado, auto-reverenciado do valor em busca de mais valor e, neste trilhar, ele submete tudo e só encontra um limite nele próprio. Muitas vezes ele destrói sociabilidades para subordinar essas sociedades destruídas à lógica da mercantilização. Ao impor as condições capitalistas, de submissão e subordinação, esse processo de violência econômica acaba por aumentar a heterogeneidade. À medida que essa lógica se impõe, ela demanda e engendra vinculações, enlaces, nexos e, nesse caráter expansivo, vai em busca de outros espaços.

Desta forma, as ações das forças da **integração** geralmente constituem um longo, contraditório, heterogêneo e conflituoso processo no qual os espaços regionais vão se inserindo a partir daqueles onde prevalecem formas superiores de acumulação e de reprodução. O processo de integração é, na verdade, “desintegrativo”, pois ele ao mesmo tempo em que valoriza, desvaloriza capital e desintegra ambientes construídos. É a “coerência” imposta pela lógica do capital mercantil e do capital industrial.

A **polarização** é um campo de forças produtivas distribuídas desigualmente no espaço. Ela contempla a interdependência entre as distintas áreas, mas também tem uma atração por espaços que ofereçam maiores facilidades de rendimentos e de valorização do capital. O **poder hegemônico** se dá através das especialidades assimétricas, no qual um agente privilegiado detém o poder de ditar, desenhar, delimitar e negar o domínio a uma determinada região. Contudo, o centro tem o poder de enquadramento e hierarquização de relações e o domínio tecnológico tem capacidade de iniciativa, de regulação e administração de si e da periferia.

Assim, em meio a esse processo de mundialização do capital, cabe às regiões se integrarem a este ambiente heterogêneo e desigual, obedecendo ao poder de enquadramento e hierarquização do centro hegemônico. Mesmo havendo a interdependência entre as áreas, as forças produtivas se distribuem desigualmente no espaço e pouco o Estado fará para a nivelção das desigualdades, visto que esse fenômeno delimita os centros nacionais de decisão, deixando-os passivos das exigências da globalização.

Nesse contexto da globalização universalizante, surge um “discurso competente” em favor da idéia da tecnologia como produtora da dinâmica social atual. Um dos autores que segue essa linhagem é Manuel Castells, na obra “A sociedade em rede”. Nesta, ele descreve a sociedade contemporânea como uma sociedade globalizada, centrada no uso e aplicação de informação e conhecimento, cuja base material está sendo alterada aceleradamente por uma revolução tecnológica concentrada na tecnologia da informação e em meio a profundas

mudanças nas relações sociais, nos sistemas políticos e nos sistemas de valores. A revolução das tecnologias da informação atua remodelando as bases materiais e induzindo a emergência do informacionalismo como a base material de uma nova sociedade (Castells, 1999).

"Redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho). Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio" (Castells, 1999:499).

Castells apresenta a estrutura básica em redes como característica importante da sociedade informacional. O surgimento da sociedade em rede torna-se possível com o desenvolvimento das novas tecnologias da informação. O conceito de rede parte de uma definição bastante simples - *"rede é um conjunto de nós interconectados"* (Castells, 1999:498), mas que, por sua maleabilidade e flexibilidade, oferece uma ferramenta de grande utilidade para dar conta da complexidade da configuração das sociedades contemporâneas sob o paradigma informacional.

Este autor defende que o mundo atual está amplamente urbanizado e este processo tende a se concentrar de modo desproporcional em um novo tipo de região metropolitana, a "constelação urbana", formada por diversas áreas metropolitanas disseminadas ao longo de uma enorme extensão territorial, funcionalmente integradas e socialmente diferenciadas em torno a uma estrutura de múltiplos centros. Tal como a sociedade que se organiza em rede, na qual pontos e nós de controle são múltiplos (Castells, 1979).

Assim, a rede é uma estrutura aberta com capacidade ilimitada. Ela é expansiva, adaptável e flexível de forma a incorporar tudo com grande velocidade. Não há passado e nem futuro, isto é, todas as decisões são de um individualismo extremado, o passado não importa e o futuro é de difícil previsão. O capital tem uma lógica autônoma de reprodução que está totalmente disseminada na rede. A concentração, a centralização do capital e o poder estão soltos na razão instrumental.

Esta definição remete o autor a algumas conclusões provisórias sobre os processos e funções dominantes na era da informação, indicando que *"a nova economia está organizada em torno de redes globais de capital, gerenciamento e informação"* e que *"os processos de transformação social sintetizados no tipo ideal de sociedade em rede ultrapassam a esfera das relações sociais e técnicas de produção: afetam a cultura e o poder de forma profunda"*

(Castells, 1999:499). Na rede, o agente é diluído e todo o restante está submetido ou não possui ação. O poder não é identificado, ele é apenas o poder dos fluxos. De fato ele não existe; ele é tudo e todos. Nesse sentido, o poder dos fluxos é mais importante que os fluxos de poder.

Mas assumir essa noção de revolução tecnologia é o mesmo que dizer que o paradigma da sociedade de informação tem procedência. A idéia de uma imensa rede computadorizada de comunicação é uma figuração distorcida de algo mais profundo, a sociedade capitalista contemporânea. Nessa perspectiva, Manuel Castells apenas compreende os avanços implementados pela capacidade técnica, sem admitir que esta sociedade seja de outra natureza. Ou seja, esse movimento na verdade constitui a hegemonia da lógica cultural dominante, por isso é superficial, pois se prolonga na cultura da imagem e do simulacro com conseqüente enfraquecimento da história.

Assim, nesse novo processo de reestruturação econômica, a dispersão espacial da produção tornou-se elemento central. As cidades, que emergem nesta fase do processo de modernização capitalista, são as expressões de uma sociedade organizada como um modelo baseado em nós e redes. Elas são transformadas em interface entre a comunicação eletrônica e a interação através de uma combinação de redes físicas e locais. A rede defendida por Castells não leva em consideração a questão das escalas e os pontos nodais são aqueles pertencentes as grandes metrópoles. A rede se conecta somente àquilo que ela tem interesse.

Cabe ressaltar que o capitalismo sempre foi multiescalar em toda a sua história. A escala é uma construção social conflituosa e um plano analítico de observação. Ela é construída pelos movimentos sociais, lutas de classe etc. Ação, prática social e sujeitos sociais. Qualquer estudo sobre o regional tem que levar em conta a perspectiva abrangente de escalas: global, supranacional, macroregional, mesoregional, microregional da rede urbana, metropolitana, urbana, das cidades etc. Nesse sentido, não existe uma escala melhor.

Outro autor que também tem um conceito de redes é Pierre Veltz, que escolhe para discutir o mundo o triângulo: rede, indivíduo e trabalho. Segundo Veltz (1996:139), *“é enquanto espaço social concreto de interações, mercantis e não-mercantis que o território, em diversas escalas, intervém na competitividade das firmas e das economias, e não somente como espaço abstrato suporte de regulações normativas ou públicas”*. Para o autor, a análise do território também envolve crescentemente a organização interna dos sistemas de produção através do modelo da “empresa-sistema” que se prolonga no da “empresa-rede” e essa tendência é a da integração.

Para Veltz, um modelo centralizado é contraditório ao comportamento integrado. Por isso, *“a descentralização das estruturas surge como uma condição necessária da capacidade de reação, incompatível com os longos vaivens da pirâmide hierárquica”* (Veltz, 1994:195). De acordo com o autor, a organização da produção em rede aparece como meio se conseguir mais flexibilidade e a maior velocidade na resposta à inovação e ao mercado.

Para Veltz existe uma necessidade, universalmente reconhecida, de se passar das organizações piramidais taylorista e fordista para organizações em rede, baseadas em uma distribuição mais equitativa da inteligência do sistema, constituindo, assim, uma oportunidade muito relevante para se obter um melhor equilíbrio espacial, uma distribuição mais equitativa dos recursos e um território menos bipolarizado, à imagem de suas empresas.

No entanto, existem fatores poderosos, estratégias das grandes firmas, que tendem a um reforço da metropolização. As lógicas hodiernas reforçam provavelmente a desestruturação dos atuais territórios-zonas, em proveito da emergência de um território-rede muito mais complexo. Conforme Veltz, a passagem de um território-zona a um território-rede dificulta as relações cidade-região e indústria-administração. Essa passagem pode ser realizada a partir do lugar ocupado por uma cidade, nas redes de trocas e produção que ligam a outras cidades do mesmo nível ou de nível superior, e tornam-se mais importantes que as relações baseadas na vizinhança e no encadeamento hierarquizado das áreas envolvidas (Veltz, 1994:197).

Desta forma, o ordenamento do território tem como elementos fulcrais três questões relevantes: em primeiro lugar, como gerir o divórcio entre as cidades e as regiões; em segundo lugar, como gerir o crescimento defasado entre a organização das empresas nacionais e internacionais e uma organização administrativa e política que fornece, cada vez menos, os bons interlocutores nos bons lugares; e, finalmente, como tornar este novo espaço-rede – gerador de múltiplos intercâmbios, mas também de inquietações e de perturbações de identidades – legível e compatível com o espaço vivido das pessoas.

Outro geógrafo que trabalha nesta perspectiva é Michael Storper. Ele cria um enfoque heterodoxo que defende que, no atual “capitalismo de aprendizagem” (pós-1970), há três componentes da “santíssima trindade” da economia regional: a tecnologia, as organizações e os territórios. A **tecnologia** é marcada pela diversificação e flexibilidade, processos não-hierárquicos e trabalhos em rede. As **organizações** são as empresas e os sistemas de produção não-verticais. Os **territórios** são os complexos, as economias externas de escala, as vantagens relacionais regionalmente específicas. Os territórios e as regiões são os espaços de ação pragmática básicos do capitalismo (Storper, 1999:57).

Segundo Storper, o capitalismo contemporâneo (pós-1970) é marcado pela reflexividade, ou seja, revolução na produção, informação e tecnologias de comunicação que permitem uma maior expansão das empresas. Da mesma forma, tem ocorrido uma extensão espacial e aprofundamento social da lógica das relações de mercado. As tecnologias criam formas assimétricas de trabalho. As organizações fortalecem as relações e contatos pessoais, pois a reputação é a base da relação. Constituem-se os chamados “mundos regionais de produção e inovação” (Storper, 1999:60-61).

Esta ótica ressalta que a globalização aumenta as desigualdades, com resultados geográfica e socialmente diferenciados. A crescente velocidade com que são criados e difundidos instrumentos tecnológicos e institucionais desencadeia significativas mudanças estruturais, com impacto nas relações internacionais e nas escalas territoriais. É a verdadeira concepção da “destruição criadora” formulada por Schumpeter (1942) em ação.

No bojo desse processo, ganham destaque as vantagens de se gerar conhecimento e inovação tecnológica. O aumento desses conteúdos nos bens e serviços induz a um novo desafio para os países, regiões, localidades, empresas ou sociedades, no sentido de ofertarem capacidade científica e tecnológica como requisito para o sucesso produtivo e comercial. As vantagens competitivas são criadas e mantidas por meio de um processo altamente localizado. Assim, diferenças nas estruturas econômicas, valores, culturas, instituições e histórias nacionais contribuem profundamente para o sucesso competitivo.

Nesse contexto, o sucesso econômico de cada empresa depende da sua capacidade empresarial e da capacidade local de aprender. A inovação depende da interação dessas duas dimensões, do contexto histórico institucional e cultural e de sua capacidade de gerar interações sinérgicas. Conforme Diniz (2001:12), “*não há um modelo ou estratégia única*”, pois são diversos os padrões evolucionários das regiões, localidades e setores, daí a impossibilidade de se replicar experiências históricas.

Segundo Schumpeter (1942), a mudança técnica é o vetor central da dinâmica capitalista. As inovações oriundas dessa reestruturação produtiva, que tem como vetor tecnologias inovadoras e que viabilizam a tecnologia de informação e de comunicação, abrem novos horizontes para as empresas de menor porte. Elas impulsionam a criação de novos produtos, novos mercados, novas fontes de matérias-primas, novos métodos de produção e instituem novos espaços industriais. As aglomerações industriais de pequenas e médias empresas surgem neste padrão de transformação do modo de produção capitalista, dinâmico, heterogêneo e altamente competitivo.

Brandão (2004) alerta que muitas ações benéficas podem ser articuladas em âmbito local, mas esta escala encontra sérios limites que devem ser tratados nas políticas de desenvolvimento. Não há uma escala melhor; os resultados mais positivos são aqueles que não discriminam nenhuma escala *de per se*, mas reforçam o pensar transescalar.

Ocorreu um rebaixamento teórico, em que se diagnostica: o fim da política, do conflito e a busca do consenso (preestabelecido) e da identidade de resultados (os espaços urbanos e regionais aptos a saltarem escalas – do local diretamente ao mundo –, se inserindo e se articulando nas redes e nos fluxos globalizados). Prevalece à lógica da urgência da crise e o não respeito ao *timing* dos sujeitos políticos e sociais. Há um gosto pelo “*small is beautiful*”, pela “auto-ajuda” da região e da cidade e pelo endogenismo (“encontre suas melhores forças para o faça você mesmo”) (Borja & Castells, 1996, *apud* Brandão, 2004).

Grande parte da literatura atual vislumbra a idéia dos aglomerados somente pela ótica da produção, deixando de pensar o sistema social de produção onde as diversas óticas - circulação, logística, produção, distribuição, troca, consumo, dentre outras – se articulam o tempo todo. Eles são tratados apenas como uma área circunscrita da Economia Industrial e da Microeconomia. Nessa perspectiva é crucial trabalhar com a noção de múltiplas escalas, pois muitos problemas que não podem ser resolvidos pelas “armas” locais, são ajustados pelas coalizões com outras escalas. Daí a importância da discussão das escalas espaciais e sua conexão com os diversos níveis de governo e âmbitos de poder.

Outra literatura que vem tomando corpo nessa economia do conhecimento, pós-industrial, das redes, das aglomerações, apóia-se na premissa de que o capitalismo atual é de uma economia de serviços. O desenvolvimento desse modo de produção tem evidenciado uma expansão acelerada das atividades terciárias. As aglomerações metropolitanas constituem o *locus* preferencial para o desenvolvimento dos serviços em geral. O papel dos serviços é um pré-requisito para o desenvolvimento e não apenas um resultado ou um produto final. Eles são indutores de desenvolvimento econômico. Foi graças à velocidade e ao grau de inovação tecnológica no setor de serviços que ocorreu a reestruturação das atividades produtivas.

Segundo Kon (2007), os serviços não são dependentes apenas das atividades manufatureiras, mas estão imbuídos em todas as transações econômicas e sua pujança manifesta-se além das fronteiras da localidade onde estão inseridos. Na interpretação de Richard Walker (1985), a diferença básica entre as atividades de produção de bens e as

atividades de serviço reside no vínculo que o trabalho aplicado tem com o processo de produção e no resultado deste trabalho, se tangível ou intangível. Na produção de bens, o trabalho é direto, aplicado diretamente no processo de produção, com um resultado concreto, expresso no produto físico final. Na atividade de serviço, o trabalho é indireto, ou seja, não está diretamente vinculado ao processo de produção. É uma atividade essencialmente intangível, o trabalho realizado não assume uma forma material e reproduzível.

Para Walker, os teóricos dos serviços isolaram “setores de mercadorias” e “setores de serviços”, como se não fizessem parte de uma economia integrada. Para ele, a expansão dos serviços não indica um crescimento na produção de serviços. Somente a divisão social do trabalho na produção de todos os produtos é regularmente expansiva. A divisão do trabalho se refere à diferenciação e especialização do trabalho nos processos de produção complexos e sistemas de produção diversificados.

Anita Kon infere que *“toda a produção de bens inclui o consumo intermediário de serviços e toda produção de serviços inclui insumos materiais”* (Kon, 2007:139). Para ela, o peso dos insumos de serviços na produção de bens materiais conduz a uma necessidade de avaliação do componente predominante na produção. O terciário é produtivo e processo ao mesmo tempo. O seu papel é o de dar coerência, fortalecer nexos e ser articulativo endogenamente. O serviço não é o resultado de um processo, ele é o próprio processo, daí a sua intangibilidade.

A partir desse enfoque diferenciado, a contribuição dos serviços ao desenvolvimento econômico pode ser avaliada pela capacidade de proporcionar a circulação de mercadorias ou outras utilidades. Neste sentido, a mercadoria é considerada como qualquer produto do trabalho vendido no mercado em troca de dinheiro, seja em forma de bens ou serviços. Assim, a circulação de mercadorias através de comércio, transportes, de atividades financeiras ou de informações e comunicações tem a função de permitir a complementação do ciclo produção-distribuição-consumo da economia, que efetiva o processo dinâmico de desenvolvimento econômico.

A prestação dos serviços públicos, por intermédio das organizações governamentais, da responsabilidade social das empresas e das organizações produtoras desses serviços, torna-se mais efetiva quando um território ou região tem elevado capital social. Essa premissa encontra respaldo nos estudos de Putnam (2002), que resgata como referência central a noção de Tocqueville sobre comunidade cívica. Ele revela que há uma forte correlação entre modernidade econômica e desempenho institucional e que o desempenho institucional está fortemente correlacionado à natureza da vida cívica.

Putnam aponta duas dinâmicas arquetípicas para o problema do desempenho institucional: uma ele denomina o “círculo vicioso autoritário” e outra, em contraste, o “círculo virtuoso democrático”. A existência de laços de confiança mútua reforça os mecanismos de cooperação entre os habitantes e favorece o desempenho das instituições políticas. Esse mesmo desempenho institucional eficiente atua positivamente sobre o contexto, reduzindo a incerteza e reforçando ainda mais o nível de confiança e cooperação no interior da população – o círculo virtuoso democrático. De outro lado, na ausência de formas espontâneas de cooperação, a ordem impõe-se por uma organização hierárquica vertical da autoridade e, onerosamente, pela força.

Segundo o autor, esse círculo virtuoso democrático, que gera o bom funcionamento das instituições, está associado à presença do capital social em um determinado espaço. O ideal cívico acumulado historicamente no norte italiano legou ao longo das gerações uma organização social baseada em ações coordenadas entre indivíduos mediante regras de cooperação e confiança recíproca, fazendo aumentar o desempenho das instituições e a eficiência da sociedade.

Assim, a capacidade inovativa de uma região ou país é vislumbrada como resultado de relações entre os diversos agentes sociais, econômicos e políticos respeitando as condições históricas e culturais natas e pelo somatório das dimensões micro, meso e macroeconômicas, assim como das esferas produtiva, financeira, social, institucional e política (Cassiolato *et al*, 2008).

Segundo Brandão *et al* (2006), há consenso quanto ao papel da construção de densos aglomerados produtivos na busca pela competitividade. O desafio é transformar mero ajuntamento de atividades econômicas em arranjos produtivos bem-sucedidos. A política pública deve buscar ativar toda a economia regional a partir das inter-relações entre vários arranjos produtivos.

Mas se reconhece que o processo integrativo é sempre de aumento de assimetrias. Conforme Brandão (2007), a integração não é nem um processo idílico e nem unilateral, pois ela expõe as fraquezas e benesses de uma determinada região. Desta forma, o processo de tomada de decisão não é utópico, mas conflituoso e tem que se ter plena consciência das disparidades. Nesse sentido, é importante trabalhar com políticas pensadas em termos transescalares, pois não existe uma escala “melhor” para se pensar o ordenamento territorial, além do respeito às lógicas culturais das regiões.

Hoje há uma grande dificuldade de se enumerar as múltiplas ações de desenvolvimento industrial local e regional em curso no Brasil, acompanhada de séria

dificuldade de avaliação de resultados. Existe uma expressiva capacidade instalada e uma apreciável disponibilidade de recursos, porém resta construir um eixo aglutinador dessas iniciativas em torno de um esforço integrado e transescalar de desenvolvimento regional.

Vainer (2003:30-31) lembra que se vive em uma era marcada pelo encontro de duas utopias urbanas: de um lado a cidade-empresa, que abrange a cidade-mercadoria e a cidade-negócio onde se afirma a cidade do marketing, consensual, que rejeita qualquer debate aberto e teme o conflito e, por outro lado, a cidade democrática conduzida pela política. Nela o conflito é desejado, pois é um elemento de transformação da cidade. “*Seus habitantes são pensados como cidadãos em construção, que, ao se construírem, constroem também a cidade*”. Para o autor, trata-se de um momento histórico, pois se chegou a um patamar onde a cidade democrática começa a se concretizar, mas ela não se realiza de maneira plena atualmente, apenas parcialmente. “*Nessas experiências, apesar de todas as suas limitações, tem-se a experiência concreta da idéia, propalada a partir do Fórum Social Mundial, de que um outro mundo é possível, o que pode perfeitamente ser traduzido por: uma outra cidade é possível*”.

Referências Bibliográficas

- AZAÏS, Christian (2004). Território e trabalho: uma inscrição em temporalidades diferentes. *Novos Cadernos NAEA*, 7(1):31-56.
- BORJA, Jordi & CASTELLS, Manóel (1996). *Global yLlocal*. Madrid: Taurus.
- BRAGA, J.C. (2000). *Temporalidade da Riqueza: teoria da dinâmica e financeirização do capitalismo*. Campinas IE – UNICAMP. (Segunda Parte).
- BRANDÃO, Carlos A. (2004). Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 107, p. 57-76.
- BRANDÃO, Carlos A. (2008). *A impossibilidade de uma teoria geral e abstrata do desenvolvimento*. (mimeo).
- BRANDÃO, Carlos A. (2007). *Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas: Editora da Unicamp.
- BRANDÃO, C. A. et all (2006). *Construir o Espaço Supra-Local de Articulação Sócio-Produtiva e das Estratégias de Desenvolvimento: os novos arranjos institucionais*. In: DINIZ, Clélio Campolina e CROCCO, Marco (org.). *Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- BRANDÃO, Carlos A. (2003). *A dimensão espacial do subdesenvolvimento*. Tese Livre Docência. Campinas, UNICAMP/IE.
- CARVALHO, F.F. & SANTOS, V.M. (2003). *A SUDENE e as novas teorias de desenvolvimento regional*. XV Congresso Brasileiro de Economistas. Brasília, Anais.

- CAMPOS, Antonio Carlos de (2004). *Arranjos Produtivos no Estado do Paraná: o caso do município de Cianorte* (tese de doutorado). UFPR.
- CASSIOLATO, J. E. *et al* (2009). Arranjos Produtivos Locais. Uma alternativa para o desenvolvimento.. 01. ed. Rio de Janeiro - RJ: E-papers Serviços Editoriais, 2009. v. 02. 374 p.
- CASTELLS, Manuel (1979). El debate sobre la teoria del espacio. In: *La Cuestión Urbana*. 6 ed. Madrid: Siglo Veintiuno, p. 141-157.
- CASTELLS, Manuel (1999). *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra.
- COUTINHO, Luciano (1995). Notas sobre a Natureza da Globalização. *Economia e Sociedade*, Revista do IE da UNICAMP, n. 4, junho, p. 21-26.
- CROCCO, M. & LEMOS, M.B. (2005). *Experiência Européia de Planejamento Regional*. Relatório do Projeto Diretrizes para Formulação de Políticas de Desenvolvimento Regional e de Ordenação do Território Brasileiro. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar.
- DINIZ, Clélio Campolina (2001). *Globalização, escalas territoriais e política tecnológica regionalizada no Brasil*. Texto para discussão n. 168, 34 p. Belo Horizonte: UFMG /Cedeplar.
- GADELHA, Carlos A.G. (1998). A nova ortodoxia do desenvolvimento: uma crítica do debate em torno da visão do Banco Mundial e elementos para uma abordagem alternativa neo-schumpeteriana. *Revista de Economia Política*, 18(1):7-25.
- GALVÃO, Antonio C.F. (2004). *Política de Desenvolvimento Regional e Inovação: lições da experiência européia*. Rio de Janeiro: Garamond.
- GOTTDIENER, M.G. (1993), *A Produção Social do Espaço*. EDUSP, São Paulo.
- HARVEY, David (1982). *The Limits to Capital*. Oxford: Basil Blackwell.
- HARVEY, David (1989) *The condition of the Postmodernity*. Oxford, Blackwell.
- HARVEY, David (1992). *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola.
- HARVEY, David (2001). *Spaces of Capital: towards a critical geography*. New York: Routledge.
- HARVEY, David (2004). *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola.
- KON, Anita (2003). Atividades terciárias: induzidas ou indutoras do desenvolvimento econômico? In: FERRAZ, J.C., CROCCO, M. & ELIAS, L.A., *Liberalização Econômica e Desenvolvimento*. São Paulo: Futura.
- KON, Anita (2007). Sobre a economia política do desenvolvimento e a contribuição dos serviços. *Revista de Economia Política*, 27(1):130-146.
- LOPES, A.S. (1979). Regional development and integration. In: *Conferência Internacional sobre Economia Portuguesa*, 2. Anais...Lisboa, v. 2.
- MARKUSEN, A (1995). Áreas de atração de investimentos em um espaço econômico cambiante: uma tipologia de distritos industriais. *Nova Economia*, Belo Horizonte, 5(2): 9-44.
- PUTNAM, R.D. (2002). *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- RANGEL, I. (1982). *Ciclos, Tecnologia e Crescimento*. RJ: Civilização Brasileira.

- SASSEN, Saskia (2003). *Localizando cidades em circuitos globales*. EURE, Santiago, v. 29, n. 88, Santiago de Chile, dezembro.
- SCHUMPETER, J. A. (1942). *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- SCOTT, A.; AGNEW, J.; SOJA, E.; STORPER, M. (2001). Cidades-regiões globais. In: *Espaço e debates: aliança e competição entre cidades*. São Paulo: NERU, n. 41, p.11-25.
- STORPER, Michael (1999). Las economias regionales como activos relacionales. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, XIII(2): 29-68.
- TAVARES, M.C. (1978). *Ciclo e Crise: o movimento recente da industrialização brasileira*. Rio de Janeiro. (Cap II).
- VAINER, C.B. (2003). Utopias urbanas e o desafio democrático. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n° 105, p.25-31, jul/dez.
- VELHO, Otávio G. (org.) (1987). *O Fenômeno Urbano*. Ed. Guanabara, Rio de Janeiro.
- VELTZ (1994), Hierarquias e Redes - na organização da produção e do território. In: BENKO, Georges & LIPIETZ, Alain (org.). *As Regiões Ganhadoras – distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica*. Oeiras: Celta Editora.
- VELTZ (1996). *Mondialisation, villes et territoires: l'économie d'archipel*. Paris: PUF.
- VERGARA & VIEIRA (2005). Sobre a dimensão tempo-espaço na análise organizacional. *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, v.9, n° 2, p.103-119, abr/jun.
- WALKER, Richard A. (1985). Is there a service economy? The changing capitalist division of labor. *Science & Society*, v.49, n°1, p.42-83.